



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0004856-41.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde**
 Requerente: **Denys Zandonadi Coco**
 Requerido: **Unimed Vitória**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

1. A impugnação ofertada pela executada a fls. 105/111 não merece acolhimento. Com efeito, a incidência da multa de 10% relativa ao art. 475-J do Código de Processo Civil era de rigor na hipótese vertente, não se exigindo a prévia intimação da executada ou de seu ilustre Procurador para que levasse a cabo o pagamento a que foi condenada.

Nesse sentido, a sentença de fls. 88/92 foi expressa ao consignar que "*caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC)*" (fls. 92, último parágrafo – grifei).

A clareza do decisório dispensa considerações a demonstrá-la, de sorte que com o seu trânsito em julgado começou a fluir o prazo para que a executada fizesse o devido pagamento.

Como tal não sucedeu, impunha-se o cômputo da multa, sob pena de ofensa à coisa julgada.

A conjugação desses elementos evidencia que não se cogita de excesso da execução, motivo pelo qual rejeito a impugnação ofertada.

2. Em consequência, determino a expedição de mandado de levantamento em favor do autor relativamente ao montante bloqueado nos autos e **JULGO EXTINTA** a execução com fundamento no art. 794, inc. I, do Código de Processo Civil.

3. Oportunamente, destruam-se os autos com as cautelas de praxe.

P.R.I.

São Carlos, 13 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA